

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	7
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	7
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	10
3) – DISPONIBILIDADES.....	11
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	12
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	13
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	13
7) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO	15
8) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE.....	15
9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA	16
10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	17
11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	17
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	20
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS	22
14) – INVESTIMENTOS.....	23
15) – IMOBILIZADO	28
16) – INTANGÍVEL.....	29
17) – FORNECEDORES.....	29
18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	30
19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	31
20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	34
21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	34
22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS.....	37
23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	43
24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	44
25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES.....	44
26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	44
27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	45
28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	45
29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	48
30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	49
31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	50
32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA	54
33) – REAJUSTE TARIFÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO	55
34) – EVENTO SUBSEQUENTE	55
35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA.....	56
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	57
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	70
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	81

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	2.250.277	2.705.591	121.322	214.415
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.233.496	2.155.330	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	317.042	302.636	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	405.067	414.102	-	-
Tributos Compensáveis (nota 10)	1.235.175	980.422	5.192	5.191
Despesas Antecipadas – CVA (nota 9)	632.644	579.414	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 8)	17.573	16.115	-	-
Créditos Tributários (nota 11)	327.355	297.298	40.896	41.899
Dividendos a Receber	-	-	847.242	1.436.468
Reajuste Tarifário Diferido	-	14.644	-	-
Ativo Regulatório – Rev. Tarifária da Transmissão (nota 7)	85.732	-	-	-
Estoques	36.452	36.817	17	17
Outros Créditos	345.439	492.655	7.840	19.804
TOTAL DO CIRCULANTE	7.886.252	7.995.024	1.022.509	1.717.794
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.813.461	1.770.926	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	835.932	820.008
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	46.240	46.240	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	66.444	165.296	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 9)	545.039	666.496	-	-
Créditos Tributários (nota 11)	655.163	701.843	99.512	128.706
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 8)	4.746	10.640	-	-
Tributos Compensáveis (nota 10)	289.130	284.935	196.103	189.477
Depósitos Vinculados a Litígios	508.732	438.834	95.461	88.946
Consumidores e Revendedores (nota 4)	85.726	84.781	-	-
Ativo Regulatório – Rev. Tarifária da Transmissão (nota 7)	72.358	-	-	-
Outros Créditos	123.672	128.412	72.733	72.593
	4.210.711	4.298.403	1.299.741	1.299.730
Investimentos (nota 14)	1.147.309	1.147.818	8.968.923	8.210.890
Imobilizado (nota 15)	11.557.749	11.082.829	1.977	2.007
Intangível (nota 16)	945.557	602.813	1.951	2.247
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	17.861.326	17.131.863	10.272.592	9.514.874
ATIVO TOTAL	25.747.578	25.126.887	11.295.101	11.232.668

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
CIRCULANTE				
Fornecedores <i>(nota 17)</i>	766.850	824.407	5.762	3.212
Encargos Regulatórios <i>(nota 20)</i>	459.348	425.344	-	-
Participações nos Lucros	51.408	39.472	1.974	1.490
Impostos, Taxas e Contribuições <i>(nota 18)</i>	998.950	810.128	76.517	20.731
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	490.820	960.129	490.820	960.129
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 19)</i>	1.139.800	912.515	19.461	9.417
Debêntures <i>(nota 19)</i>	437.676	434.864	-	-
Salários e Contribuições Sociais	401.686	214.508	18.016	11.980
Passivo Regulatório – CVA <i>(nota 9)</i>	224.826	146.776	-	-
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	203.615	264.626	-	-
Obrigações Pós-Emprego <i>(nota 21)</i>	102.094	100.514	4.055	4.016
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros <i>(nota 31)</i>	163.306	120.048	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas <i>(nota 30)</i>	-	-	10.434	10.406
Outras Obrigações	354.546	438.896	19.264	18.903
TOTAL DO CIRCULANTE	5.794.925	5.692.227	646.303	1.040.284
NÃO CIRCULANTE				
Passivo Regulatório – CVA <i>(nota 9)</i>	410.953	459.537	-	-
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 19)</i>	4.817.167	4.991.326	55.190	73.587
Debêntures <i>(nota 19)</i>	1.393.370	1.238.430	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições <i>(nota 18)</i>	538.945	444.684	-	-
Provisões para Contingências <i>(nota 22)</i>	647.945	690.570	331.561	378.886
Obrigações Pós-Emprego <i>(nota 21)</i>	1.348.690	1.364.171	51.178	52.005
Outras Obrigações	192.596	195.192	31	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.349.666	9.383.910	437.960	504.508
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	392.149	362.874	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO <i>(nota 23)</i>				
Capital Social	3.101.884	2.481.508	3.101.884	2.481.508
Reservas de Capital	3.969.099	3.983.021	3.969.099	3.983.021
Reservas de Lucros	2.253.466	2.859.920	2.253.466	2.859.920
Ajuste Acumulado de Conversão	(771)	61	(771)	61
Lucros Acumulados	860.036	336.242	860.036	336.242
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.210.838	9.687.876	10.210.838	9.687.876
PASSIVO TOTAL	25.747.578	25.126.887	11.295.101	11.232.668

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica <i>(nota 24)</i>	6.807.195	6.900.990	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres <i>(nota 25)</i>	1.076.287	1.013.858	-	-
Outras Receitas Operacionais <i>(nota 26)</i>	280.527	328.911	187	249
	8.164.009	8.243.759	187	249
Deduções à Receita Operacional <i>(nota 27)</i>	(2.822.219)	(2.863.156)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.341.790	5.380.603	187	249
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS <i>(nota 28)</i>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.510.107)	(1.452.023)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(414.647)	(355.675)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(84.875)	(110.502)	-	-
	(2.009.629)	(1.918.200)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO <i>(nota 28)</i>				
Pessoal e Administradores	(469.636)	(499.837)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(42.566)	(102.589)	-	-
Materiais	(50.978)	(48.242)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	(41.707)	-	-
Serviços de Terceiros	(301.680)	(246.855)	-	-
Depreciação e Amortização	(332.641)	(362.788)	-	-
Provisões Operacionais	(2.446)	(9.887)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(72.884)	(64.981)	-	-
Outras	(74.707)	(56.408)	-	-
	(1.351.608)	(1.433.294)	-	-
CUSTO TOTAL	(3.361.237)	(3.351.494)	-	-
LUCRO BRUTO	1.980.553	2.029.109	187	249
DESPESA OPERACIONAL <i>(nota 28)</i>				
Despesas com Vendas	(87.066)	(74.502)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(388.223)	(224.295)	(18.814)	(66.255)
Outras Despesas Operacionais	(32.885)	(40.972)	(5.380)	(3.909)
	(508.174)	(339.769)	(24.194)	(70.164)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	1.472.379	1.689.340	(24.007)	(69.915)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	943.606	1.195.860
Resultado Financeiro Líquido <i>(nota 29)</i>	(70.964)	159.095	6.561	66.946
Lucro antes dos Impostos e Participações	1.401.415	1.848.435	926.160	1.192.891
Imposto de Renda e Contribuição Social <i>(nota 11)</i>	(470.132)	(623.181)	(56.200)	(79.132)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos <i>(nota 11)</i>	36.640	4.044	(8.033)	12.936
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(73.069)	(43.967)	(1.891)	(1.543)
Participações dos Acionistas não Controladores	(34.818)	(60.179)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	860.036	1.125.152	860.036	1.125.152
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			1,38679	2,26804

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2009**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Reservas Ajustes Conversão</u>	<u>Recursos Destinados a Aumento de Capital</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009	2.481.508	3.983.021	2.859.920	336.242	61	27.124	9.687.876
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	523.794	-	-	523.794
Aumento de Capital Social	620.376	(13.922)	(606.454)	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	(832)	-	(832)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	<u>3.101.884</u>	<u>3.969.099</u>	<u>2.253.466</u>	<u>860.036</u>	<u>(771)</u>	<u>27.124</u>	<u>10.210.838</u>

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Reservas Ajustes Conversão</u>	<u>Recursos Destinados a Aumento de Capital</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.481.508	3.983.021	2.859.920	-	61	27.124	9.351.634
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	860.036	-	-	860.036
Aumento de Capital Social	620.376	(13.922)	(606.454)	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	(832)	-	(832)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	<u>3.101.884</u>	<u>3.969.099</u>	<u>2.253.466</u>	<u>860.036</u>	<u>(771)</u>	<u>27.124</u>	<u>10.210.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	860.036	1.125.152	860.036	1.125.152
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades-				
Depreciação e Amortização	343.529	371.856	93	130
Baixas Líquidas de Imobilizado	9.568	11.733	-	8
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(943.606)	(1.195.860)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(105.652)	(21.521)	(26.171)	(26.236)
Ativo Regulatório – Revisão da Receita da Transmissão	(158.090)	-	-	-
Imposto Federais Diferidos	(36.640)	(4.044)	8.033	(12.936)
Provisões para Perdas Operacionais	32.267	40.289	(31.625)	75.354
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	76.846	34.073	-	-
Provisão de perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(8.306)	23.384	-	4.357
Obrigações Pós-Emprego	68.502	125.512	2.835	5.592
Participação de Minoritários	34.818	60.179	-	-
Outros	7.382	(30.241)	-	-
	1.124.260	1.736.372	(130.405)	(24.439)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(249.004)	(60.948)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária	145.734	153.726	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado MG	69.954	66.504	-	-
Revendedores - Transações na CCEE	23.318	9.874	-	-
Créditos tributários diferidos	151.636	253.762	23.949	92.472
Tributos Compensáveis	(408.429)	(467.470)	(15.613)	(503)
Transporte de energia	58.098	5.291	-	-
Outros Ativos Circulantes	171.097	(111.424)	13.742	(26.047)
Reajuste tarifário diferido	133.423	186.204	-	-
Despesas Antecipadas CVA	(74.535)	(56.213)	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(6.921)	(66.162)	(7.310)	(64.201)
Depósitos Judiciais	(102.790)	1.833	(7.630)	5.053
Dividendos recebidos de controladas	-	-	786.397	536.725
	(88.419)	(85.023)	793.535	543.499
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(123.322)	(282.987)	(1.372)	(1.091)
Tributos e Contribuição Social	380.919	187.511	44.527	(19.510)
Salários e Contribuições Sociais	107.792	(23.210)	1.899	1.962
Encargos Regulatórios	(27.403)	34.371	-	-
Empréstimos e Financiamentos	12.444	78.837	(5.676)	(4.634)
Obrigações Pós-Emprego	(70.646)	(108.898)	(4.444)	(5.062)
Despesas Antecipadas CVA	(9.858)	(40.912)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(12.168)	(13.644)	-	-
Outros	12.965	(108.899)	(3.456)	(88.552)
	270.723	(277.831)	31.478	(116.887)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.306.564	1.373.518	694.608	402.173
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	471.148	168.211	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	-	899
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(204.502)	(660.794)	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(469.309)	(432.593)	(469.309)	(432.593)
	(202.663)	(925.176)	(469.309)	(431.694)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.103.901	448.342	225.299	(29.521)
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(166.916)	(46.968)	(360.883)	55.885
No Imobilizado	(1.017.712)	(486.710)	-	(159)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	47.067	21.316	-	-
	(1.137.561)	(512.362)	(360.883)	55.726
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(33.660)	(64.020)	(135.584)	26.205
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADES				
No início do período	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
No fim do período	2.250.277	2.002.199	121.322	48.158
	(33.660)	(64.020)	(135.584)	26.205

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de junho de 2009 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina tem capacidade instalada de 27 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e iniciou suas operações em 2009.

Controladas em fase pré operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virgínia, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW (informação não revisada pelos auditores independentes);

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) – Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade);

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010;

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,13% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;
- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 38,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 35,78%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 35,78%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 34,47%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 13,08%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de junho de 2009:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Estas Informações Trimestrais – ITR’s foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2008. Desta forma, estas ITR’s devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 35, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07 alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Contas Bancárias	139.371	91.316	33.694	4.283
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.025.418	2.514.592	87.068	209.892
Letras Financeiras do Tesouro	28.517	42.428	179	127
Letras do Tesouro Nacional	14.802	232	330	1
Outros	42.169	57.023	51	112
	2.110.906	2.614.275	87.628	210.132
	2.250.277	2.705.591	121.322	214.415

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Fornecimento Faturado	1.803.031	1.832.537	50.997	51.114
Fornecimento não Faturado	733.918	649.313		
Suprimento a Outras Concessionárias	80.372	62.215		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(383.825)	(388.735)	(50.997)	(51.114)
	2.233.496	2.155.330	-	-

Encontra-se registrado o valor de R\$92.880 em 30 de junho de 2009 referente a créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$8.770 em 30 de junho de 2009 (R\$10.416 em 31 de março de 2009), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e outros consumidores, a serem quitados até setembro de 2012.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009
Ativos		
Parcela "A" – Nota nº 6	383.486	467.932
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 8	22.319	26.755
Reajuste Tarifário Diferido	-	14.644
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	46.240	46.240
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 9	1.177.683	1.245.909
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	3.089
Recuperação dos Descontos na TUSD	9.161	13.712
Subvenção Baixa Renda	35.904	129.454
Programa Luz para Todos	-	981
Revisão Tarifária da Transmissão – Parcela de Ajuste – Nota 7	158.090	-
Outros Ativos Regulatórios	12.334	18.199
	<u>1.848.306</u>	<u>1.966.915</u>
Passivos		
Compra de Energia durante o Racionamento	(12.148)	(17.476)
Revisão da Receita de Transmissão	-	(3.691)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 9	(635.779)	(606.313)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(10.760)	(14.444)
Exposição CCEAR entre Submercados	(17.147)	(22.285)
Ajuste na empresa de referência	(80.375)	(104.459)
Ajuste Financeiro referente Revisão tarifária 2008	(123.240)	(160.167)
Outros Passivos Regulatórios	(9.780)	(8.494)
	<u>(889.229)</u>	<u>(937.329)</u>
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 18	(69.193)	(37.399)
	<u>(958.422)</u>	<u>(974.728)</u>
Total	<u>889.884</u>	<u>992.187</u>

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ❑ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores em 2009 são conforme abaixo:

<u>Valores Transferidos para a Despesa</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
Energia Comprada para Revenda	93.758	45.408
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	41.516	20.107
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	4.149	2.009
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	1.601	775
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	10.723	5.193
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	3.682	1.784
Conexão – Realização Parcela “A”	226	110
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	388	188
	<u>156.043</u>	<u>75.574</u>

Composição dos saldos Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009
Cemig Distribuição S.A		
Compensação dos itens da Parcela "A"	806.994	796.762
Valores Arrecadados	(423.508)	(343.039)
Total da Parcela "A"	<u>383.486</u>	<u>453.723</u>
RME – Light		
Parcela A	-	14.209
	-	14.209
Total da Parcela "A"	<u>383.486</u>	<u>467.932</u>
Ativo Circulante	317.042	302.636
Ativo Não Circulante	66.444	165.296

7) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO

A primeira revisão tarifária da Cemig Geração e Transmissão foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 (Nota Técnica nº 214/2009) na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35% retroativo a 2005.

Também foi estabelecido um componente financeiro de R\$158.090 a ser pago a empresa através da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R\$85.732 será incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R\$72.358 compensada no reajuste 2010/2011, a saber:

Composição Total da Parcela de Ajuste

Rede Básica	128.823
Fronteira	13.899
DIT – Demais Instalações de Transmissão	<u>15.368</u>
	<u>158.090</u>

Como previsto no contrato de concessão da Companhia, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Companhia e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

8) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	40.132	44.152
Provisão para perdas na realização	(17.813)	(17.397)
	<u>22.319</u>	<u>26.755</u>
Circulante	17.573	16.115
Não Circulante	4.746	10.640

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R\$17.813, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009
Cemig Distribuição	478.236	573.042
RME – Light	63.668	66.555
	541.904	639.597
Ativo Circulante	632.644	579.414
Ativo Não Circulante	545.039	666.496
Passivo Circulante	(224.826)	(146.776)
Passivo Não Circulante	(410.953)	(459.537)
Valores Líquidos	541.904	639.597

10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	206.492	203.280	3.805	3.806
Imposto de Renda	702.031	520.380	-	-
Contribuição Social	270.499	175.704	-	-
PASEP	10.767	8.130	1	-
COFINS	26.891	57.254	1	-
Outros	18.495	15.674	1.385	1.385
	<u>1.235.175</u>	<u>980.422</u>	<u>5.192</u>	<u>5.191</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	93.184	95.884	426	426
Imposto de Renda	178.397	178.121	178.128	178.121
Contribuição Social	17.549	10.930	17.549	10.930
	<u>289.130</u>	<u>284.935</u>	<u>196.103</u>	<u>189.477</u>
	<u>1.524.305</u>	<u>1.265.357</u>	<u>201.295</u>	<u>194.668</u>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de antecipações efetuadas em 2009 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar, apurados para o ano de 2009, registrados na rubrica de “Impostos, Taxas e Contribuições”.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

A Companhia protocolou consulta junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao aproveitamento de parte dos créditos de ICMS registrados no longo prazo, sendo que a resposta é aguardada para o 3º trimestre de 2009, quando então será iniciada a sua compensação.

11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	238.366	262.014	24.369	41.534
Provisão para Contingências	195.739	206.969	94.740	107.884
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	10.186	11.857	-	-
Passivos Regulatórios – Revisão Tarifária	67.052	87.143	-	-
Obrigações Pós-Emprego	92.947	93.852	3.168	3.280
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	153.062	152.748	17.339	17.379
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	5.960	1.577	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – Light	-	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	65.961	65.045	-	-
Variação Cambial	114.083	110.740	-	-
Outros	39.162	36.812	792	528
	<u>982.518</u>	<u>999.141</u>	<u>140.408</u>	<u>170.605</u>
Ativo Circulante	327.355	297.298	40.896	41.899
Ativo Não Circulante	655.163	701.843	99.512	128.706

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2009, conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2009	232.089	28.340
2010	269.079	25.112
2011	133.038	26.476
2012	112.891	26.476
2013	113.494	29.628
2014 a 2016	72.429	3.745
2017 a 2019	49.498	631
	<u>982.518</u>	<u>140.408</u>

A Controladora possui, em 30 de junho de 2009, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$409.378 (R\$409.375 em 31 de março de 2009).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

Considerando que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação nos próximos anos dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como consequência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Controladora e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.401.415	1.848.435	926.160	1.192.891
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(476.483)	(628.468)	(314.894)	(405.583)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Reversão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária				
Complementar	-	(8.488)	-	(8.488)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	253.227	350.586
Participação dos Empregados no Resultado	24.881	14.949	643	525
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.796)	(3.483)	(163)	(122)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	701	(2.419)	26	11
Ajuste a Valor Presente	-	(12.102)	-	-
Amortização de Ágio	(2.773)	(2.773)	(2.773)	(2.773)
Incentivo Fiscal	7.373	6.526	94	-
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(11.423)	-	-	-
Outros	27.028	17.121	(393)	(352)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(433.492)	(619.137)	(64.233)	(66.196)

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT será opcional para os anos de 2008 e 2009 e é aplicável às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. O contribuinte deverá manifestar sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ"), sendo este regime opcional para 2008 e 2009. A partir de 2010, a adoção do RTT passará a ser obrigatória, até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Para as empresas que adotarem o RTT, foi estabelecido que as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, com as modificações introduzidas pela MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com base em uma avaliação inicial, a Companhia já refletiu em suas Demonstrações Contábeis os efeitos da adoção ao RTT. Adicionalmente terá que efetuar até 30 de novembro de 2009 a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 30 de junho de 2009 a R\$4.244.970.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$90.346, a valores de 30 de junho de 2009.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de junho de 2009, já haviam sido amortizadas R\$76.905 de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2009 e 30 de junho de 2010.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 2º trimestre de 2009 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de março de 2009	1.770.926
Atualização monetária das quotas seniores	26.611
Atualização monetária das quotas subordinadas	8.997
Aporte nas quotas subordinadas	6.927
Saldo em 30 de junho de 2009	<u>1.813.461</u>
Composição do FIDC em 30 de junho de 2009	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	977.529
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	832.130
Dividendos retidos pelo Fundo	3.802
	<u>835.932</u>
TOTAL	<u>1.813.461</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 30 de junho de 2009, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$68.327. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$6.927 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$73.693 das cotas seniores somente foi efetivada em 2 de julho de 2009.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2008. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$105.119 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$68.327 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A companhia tem a expectativa de ressarcimento desse ativo nos próximos reajustes tarifários, conforme recurso administrativo junto à ANEEL.

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.058.641	3.713.552
Cemig Distribuição	-	-	2.488.194	2.516.345
Rio Minas Energia Participações	-	-	329.384	311.151
Infovias	-	-	271.380	270.218
GASMIG	-	-	337.459	328.382
Rosal Energia	-	-	100.637	95.662
Sá Carvalho	-	-	109.582	101.901
Horizontes Energia	-	-	70.140	68.507
Usina Térmica Ipatinga	-	-	36.415	68.831
Cemig PCH	-	-	40.142	55.633
Cemig Capim Branco Energia	-	-	30.411	62.878
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.182	14.629
UTE Barreiro	-	-	1.289	997
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	9.082	8.501
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	482	477
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.822	6.298
Transchile	-	-	33.309	34.141
Efficientia	-	-	8.698	7.822
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	156.116	155.697
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	7.165	6.799
Cemig Trading	-	-	3.009	2.766
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	38.002	17.939
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	63.565	32.893
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	11.615	6.408
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	138.509	62.599
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	7.839	5.142
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.377	2.428
	-	-	8.374.446	7.958.596
Em Consórcios	1.123.354	1.120.791	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	30.391	31.772
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	62.726	24.893
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	93.622	37.029
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	22.655	8.479
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	366.836	139.853
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	14.739	6.762
	23.955	27.027	3.508	3.506
Em Outros Investimentos				
	1.147.309	1.147.818	594.477	252.294
	1.147.309	1.147.818	8.968.923	8.210.890

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2009			Janeiro a junho de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	4.058.641	107.136	684.638
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.488.194	76.202	88.385
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.309	1.317.534	-	159.823
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	271.380	8.150	15.696
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	100.637	-	9.383
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	109.582	-	14.170
GASMIG	409.255.000	55,19	474.497	611.421	-	34.845
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.140	-	3.402
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	36.415	-	5.138
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	40.142	-	7.880
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	30.411	-	15.480
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	56.729	6.896	5.985
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.289	-	567
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	37.847	483	3.849
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	482	-	(4)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	27.846	-	3.235
Transchile	27.840.000	49,00	61.563	67.976	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	8.698	-	2.385
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	156.116	-	5.992
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	14.051	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	3.009	-	2.817
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	38,35	69.569	99.077	2.348	17.084
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	35,78	120.128	177.641	19.902	36.176
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	35,78	23.400	32.463	6.480	7.122
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	34,47	273.469	401.849	3.687	76.944
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	13,08	42.095	59.924	14.747	11.954
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	4.851	-	(590)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2008			Janeiro a junho de 2008	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.410.674	91.967	483.492
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.853.732	75.111	487.276
Infovias	381.023.385	100,00	255.082	264.331	-	9.341
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	99.440	-	9.178
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	106.911	-	12.883
GASMIG	196.155.000	55,19	174.497	404.926	-	38.536
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.757	-	4.434
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	70.504	-	4.697
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	56.926	-	5.231
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	69.738	-	17.107
Companhia Transleste de Transmissão	46.569.000	25,00	49.569	56.050	-	4.051
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.628	-	(881)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.632	-	2.183
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	499	-	13
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.272	-	1.672
Transchile	22.000	49,00	33.696	33.696	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	6.533	-	2.310
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	84	-	78
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.183	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.334.410	-	257.454
Cemig Trading	160.000	100,00	160	22.526	-	22.381
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,83	69.063	87.885	-	10.962
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	120.128	153.971	-	21.433
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.171	-	5.286
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	16,62	273.469	350.200	-	44.694
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	56.762	-	9.938
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	4.200	4.200	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.03.2009	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução de capital)	Dividendos Propostos	Outros	30.06.2009
Cemig Geração e Transmissão	3.713.552	452.225	-	(107.136)	-	4.058.641
Cemig Distribuição	2.516.345	48.051	-	(76.202)	-	2.488.194
Rio Minas Energia	311.151	16.918	-	-	1.315	329.384
Infovias	270.218	9.311	-	(8.150)	1	271.380
Rosal Energia	95.662	4.975	-	-	-	100.637
Sá Carvalho	101.901	7.681	-	-	-	109.582
GASMIG	328.382	9.076	-	-	1	337.459
Horizontes Energia	68.507	1.633	-	-	-	70.140
Usina Térmica Ipatinga	68.831	2.584	(35.000)	-	-	36.415
Cemig PCH	55.633	4.509	(20.000)	-	-	40.142
Cemig Capim Branco Energia	62.878	7.533	(40.000)	-	-	30.411
Companhia Transleste de Transmissão	14.629	849	-	(1.293)	(3)	14.182
UTE Barreiro	997	292	-	-	-	1.289
Companhia Transudeste de Transmissão	8.501	583	-	-	(2)	9.082
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	477	5	-	-	-	482
Companhia Transirapé de Transmissão	6.298	524	-	-	-	6.822
Transchile	34.141	-	-	-	(832)	33.309
Efficientia	7.822	876	-	-	-	8.698
Central Termelétrica de Cogeração	155.697	419	-	-	-	156.116
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.799	-	366	-	-	7.165
Cemig Trading	2.766	243	-	-	-	3.009
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	17.939	2.083	18.821	(452)	(389)	38.002
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	32.893	3.589	30.966	(3.652)	(231)	63.565
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.408	738	5.659	(1.189)	(1)	11.615
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	62.599	8.763	69.027	(633)	(1.247)	138.509
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	5.142	461	3.346	(1.106)	(4)	7.839
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.428	(52)	-	-	1	2.377
	7.958.596	583.869	33.185	(199.813)	(1.391)	8.374.446

b) Ágio na Aquisição da Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$78.482) está apresentado na consolidação como Exigível a Longo Prazo, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Ágio na aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia em 2006

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas informações trimestrais consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização da concessão.

d) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/06/2009	Consolidado 31/03/2009
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	181.595	181.402
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	549.538	543.684
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	54.466	55.179
Depreciação acumulada			(128.345)	(121.423)
Total em operação			945.032	946.620
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		872	819
Usina de Aimorés	49,00		-	5.853
Usina de Baguari	34,00		164.325	154.374
Total em construção			178.322	174.171
Total Consórcios			1.123.354	1.120.791

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

e) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A *Brookfield* exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações ocorreu em 30 de junho de 2009, após a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

O valor pago pela companhia referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield foi de R\$479.929. O ágio apurado na transação está detalhado abaixo, e sua amortização será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de 2009 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível.

Empresa	Participação Cemig %	Valor pago	Ágio Apurado
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	38,35	56.826	38.114
Empresa Norte de Transmissão de Energia	35,78	90.649	56.984
Empresa Regional de Transmissão de Energia	35,78	21.419	14.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	34,47	298.950	228.560
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	13,08	12.085	8.055
		479.929	345.979

Aquisição de 65,86% da Terna Participações S.A. ("TERNA")

Em 23 de abril de 2009, a CEMIG, por meio de sua controlada Cemig GT, adquiriu 65,86% da Terna Participações S.A, holding que atua no segmento de transmissão de energia, com presença em 11 Estados por R\$2,33 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,75 mil quilômetros de linhas de transmissão.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição deverá ocorrer até 30 de setembro, dependendo das aprovações regulatórias e de credores. Adicionalmente, a CEMIG também pretende, em data a ser anunciada, fazer uma oferta pública (OPA) para a aquisição das ações da Terna Participações de propriedade dos acionistas minoritários, a preços correspondentes a 100% do preço pago à TERNA S.p.A.

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig GT e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig GT na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas minoritários daquela Companhia, mediante parceria a ser constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU, caso seja viabilizada a subscrição da totalidade das cotas do FIP necessárias à referida aquisição. A implementação desta alternativa está condicionada a sua ratificação pela Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 26 de agosto de 2009, bem como à conclusão bem sucedida da negociação da parceria com o FIP COLISEU.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig Geração e Transmissão S.A. e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

15) – IMOBILIZADO

	Consolidado			31/03/2009
	30/06/2009			
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	21.512.098	(9.568.257)	11.943.841	11.753.155
Distribuição	11.369.717	(5.229.359)	6.140.358	6.218.059
Geração	7.311.744	(3.135.567)	4.176.177	4.184.078
Transmissão	1.952.642	(718.461)	1.234.181	968.723
Administração	410.006	(278.644)	131.362	132.344
Telecomunicações	354.590	(175.557)	179.033	181.903
Gás	113.399	(30.669)	82.730	68.048
Em Curso	2.150.329	-	2.150.329	1.872.036
Distribuição	1.289.038	-	1.289.038	1.129.198
Geração	347.712	-	347.712	287.072
Transmissão	177.063	-	177.063	166.625
Administração	148.068	-	148.068	131.243
Telecomunicações	33.830	-	33.830	30.050
Gás	154.618	-	154.618	127.848
Total do Imobilizado	23.662.427	(9.568.257)	14.094.170	13.625.191
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.682.116)	145.695	(2.536.421)	(2.542.362)
Imobilizado Líquido	20.980.311	(9.422.652)	11.557.749	11.082.829

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, alterada pela resolução nº 338, de 25 de novembro de 2008, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$7.661 em 30 de junho de 2009 (R\$7.804 em 31 de março de 2009).

16) – INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30/06/2009		31/03/2009	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	960.869	(240.224)	720.645	380.341
Distribuição	57.249	(40.120)	17.129	21.982
Geração	88.460	(54.017)	34.443	36.053
Transmissão	609.639	(3.222)	606.417	259.417
Administração	203.249	(142.418)	60.831	61.081
Telecomunicações	712	(447)	265	301
Gás	1.560	-	1.560	1.507
Em Curso	224.912	-	224.912	222.472
Distribuição	51.820	-	51.820	52.177
Geração	32.917	-	32.917	33.014
Transmissão	1.585	-	1.585	2.467
Administração	138.590	-	138.590	134.814
Intangível Líquido	1.185.781	(240.224)	945.557	602.813

17) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	177.538	211.683	-	-
Furnas	52.924	52.014	-	-
CCEE	63.313	54.533	-	-
Outros	211.594	273.587	-	-
	505.369	591.837	-	-
Materiais e Serviços	261.481	232.570	5.762	3.212
	766.850	824.407	5.762	3.212
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	78	77	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 22.

18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Circulante				
Imposto de Renda	376.501	255.404	27.809	-
Contribuição Social	132.580	91.432	10.616	-
ICMS	287.537	295.562	18.095	18.091
COFINS	74.197	76.008	14.546	-
PASEP	18.962	13.281	3.158	-
INSS	19.182	16.415	1.393	1.382
Outros	20.798	22.120	900	1.258
	<u>929.757</u>	<u>720.222</u>	<u>76.517</u>	<u>20.731</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	42.905	25.890	-	-
Contribuição Social	15.451	9.330	-	-
COFINS	8.904	3.850	-	-
PASEP	1.933	836	-	-
	<u>69.193</u>	<u>39.906</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>998.950</u>	<u>810.128</u>	<u>76.517</u>	<u>20.731</u>
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	242.167	217.525	-	-
Contribuição Social	59.913	51.546	-	-
COFINS	189.694	139.061	-	-
PASEP	40.833	29.759	-	-
Outros	6.338	6.793	-	-
	<u>538.945</u>	<u>444.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial, no montante de 204.745 a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes de instrumentos financeiros ao valor de mercado e ajuste a valor presente implementado pela mudança nas Lei das S.A., a serem revertidos a medida de sua realização.

19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			31/03/2009
				30/06/2009			
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	24.525	73.185	97.710	117.670
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	7.392	-	7.392	17.709
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	10.564	61.543	72.107	95.345
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	80.214	-	80.214	91.516
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.258	6.103	9.361	10.342
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	22.860	-	22.860	41.521
KFW	2016	4,50	EURO	1.807	11.746	13.553	16.426
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	9.221	-	9.221	11.116
UNIBANCO (7)	2009	6,50	US\$	4.005	-	4.005	4.817
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	16.817	-	16.817	20.201
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	4.084	22.987	27.071	35.639
Santander (13)	2009	7,00	US\$	5.328	-	5.328	6.196
Banco do Brasil (13)	2009	8,66	US\$	2.707	-	2.707	3.221
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	5.161	35.783	40.944	43.603
Outros	2025	Diversas	Diversas	9.527	5.083	14.610	18.373
Dívida em Moeda Estrangeira				207.470	216.430	423.900	533.695
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.164	-	75.164	75.200
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	128.244	-	128.244	124.938
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	15.963	100.278	116.241	118.116
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	2.020	126.000	128.020	141.892
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	21.213	1.200.000	1.221.213	1.266.832
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	45.973	279.061	325.034	330.340
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	40	54.372	54.412	56.251
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	16.668	85.906	102.574	103.632
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	1.827	107.153	108.980	107.184
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	68.772	326.314	395.086	414.064
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	378.768	-	378.768	368.897
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	18.715	238.816	257.531	251.308
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	34.934	34.934	33.921
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.403	302.003	304.406	329.630
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	18.033	437.152	455.185	441.959
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.335	42.145	54.480	57.601
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	40.129	306.745	346.874	357.046
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	13.182	67.566	80.748	81.513
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	106.371	-	106.371	110.997
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	39.786	294.553	334.339	333.390
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	72.897	-	72.897	89.377
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	19.461	55.190	74.651	83.005
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	139.649	837.880	977.529	950.918
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	691	9.358	10.049	10.212
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.365	28.223	29.588	29.422
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R\$	139	7.225	7.364	4.184
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	21.097	87.779	108.876	113.985
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.021	25	4.046	3.941
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	15.736	225.937	241.673	243.638
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	9.804	112.500	122.304	119.206
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	761	20.000	20.761	20.232
Itaú (10)	2010	125% do CDI	R\$	25.382	-	25.382	-
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	514	6.077	6.591	3.358
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R\$	404	2.048	2.452	1.138
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	518	6.132	6.650	3.415
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	389	4.092	4.481	2.206
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,4	R\$	-	162.354	162.354	79.685
Debêntures (17)	2013	IPCA + 6,5	R\$	-	154.503	154.503	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	42.115	239.922	282.037	150.581
Outros	2017	Diversas	R\$	9.457	31.864	41.321	30.226
Dívida em Moeda Nacional				1.370.006	5.994.107	7.364.113	7.043.440
Total Geral Consolidado				1.577.476	6.210.537	7.788.013	7.577.135

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (13) Financiamento da Transchile.
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	76.149	53.113	39.521	36.175	32.829	5.388	2.401	2.401	68.850	316.827
Euro	2.637	4.858	4.859	3.332	1.807	1.807	1.807	1.807	-	22.914
Yen	80.214	-	-	-	-	-	-	-	-	80.214
UMBNDDES (**)	422	438	356	356	356	356	356	356	949	3.945
	159.422	58.409	44.736	39.863	34.992	7.551	4.564	4.564	69.799	423.900
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	18.033	613	1.225	101.668	53.449	-	145.717	145.717	145.718	612.140
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	20.676	43.170	48.140	44.659	39.011	37.679	35.750	30.923	48.497	348.505
Certificado Depósito Interbancário – CDI	824.224	661.139	729.479	943.424	1.091.794	645.758	236.141	18.750	18.750	5.169.459
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	6.168	12.336	12.335	12.335	11.307	-	-	-	-	54.481
URTJ (*)	34.247	66.823	71.531	71.621	71.621	74.402	39.964	30.095	240.266	700.570
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	4.081	2.177	2.361	2.361	2.361	304.325	1.302	1.183	43.515	363.666
UMBNDDES (**)	3.021	6.161	6.683	6.683	6.683	6.683	1.162	-	-	37.076
Taxa Referencial – TR	35.149	37.748	-	-	-	-	-	-	-	72.897
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.789	33	66	405	405	713	355	184	369	5.319
	948.388	830.200	871.820	1.183.156	1.276.631	1.069.560	460.391	226.852	497.115	7.364.113
	1.107.810	888.609	916.556	1.223.019	1.311.623	1.077.111	464.955	231.416	566.914	7.788.013

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2009	Variação acumulada em 2009	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2009	Variação acumulada em 2009
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(15,70)	(16,49)	IGP-M	(0,32)	(1,24)
Euro	(10,99)	(15,39)	FINEL	(0,06)	(0,25)
Yen	(13,20)	(21,45)	CDI	2,34	5,29
			SELIC	2,39	5,36
			UMBNDDES	(16,31)	(16,97)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de março 2009	7.577.135	83.005
Aquisição de Controladas	159.949	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	275.041	-
Variação monetária e cambial	(45.062)	-
Encargos financeiros provisionados	159.776	2.185
Encargos financeiros pagos	(254.632)	(10.539)
Encargos capitalizados	1.753	-
Ajuste a Valor Presente	2.203	-
Amortização de financiamentos	(88.150)	-
Saldo em 30 de junho 2009	7.788.013	74.651

As captações de recursos durante o 2º trimestre de 2009 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
	FINEP	2015	URTJ + 5%
Construtora Quebec	2012	IPCA	1.202
Energ Power	2012	IPCA	873
Orteng Equipamentos e Sistemas	2012	IPCA	377
ELETOBRAS ECF-2630/2007 Reluz	2013	6,5%	2.309

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Algumas das cláusulas restritivas da Cemig Distribuição não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30.06.2009
Cemig Distribuição		
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	95,78%
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 3,36	3,51
EBITDA/Encargos das Dívidas	Maior ou igual a 2,8	2,66
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 2,5	2,76

A Cemig Distribuição obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2009. Os financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	35.493	35.135
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.204	21.189
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	37.491	37.596
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.591	3.619
Eficiência Energética	194.196	182.131
Pesquisa e Desenvolvimento	165.522	156.326
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.193	2.213
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.045	4.210
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.199	2.024
	474.141	445.650
Passivo Circulante	459.348	425.344
Passivo Não Circulante	14.793	20.306

21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominiais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.385.225, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$927.461 em 30 de junho de 2009 (R\$935.727 em 31 de março de 2009) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.006.118 em 30 de junho de 2009 (R\$1.018.000 em 31 de março de 2009). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de março de 2009	403.908	254.500	352.763	16.527	436.987	1.464.685
Despesa Reconhecida no Resultado	2.388	2.824	17.837	1.106	10.356	34.511
Contribuições Pagas	(32.642)	(5.794)	(2.312)	(183)	(7.481)	(48.412)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2009	373.654	251.530	368.288	17.450	439.862	1.450.784
Passivo Circulante	78.727	23.367	-	-	-	102.094
Passivo Não Circulante	294.927	228.163	368.288	17.450	439.862	1.348.690

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de março de 2009	19.791	16.866	16.866	811	18.553	56.021
Despesa Reconhecida no Resultado	50	756	756	50	561	1.417
Contribuições Pagas	(1.666)	(431)	(431)	(10)	(97)	(2.204)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2009	18.175	17.191	17.191	851	19.017	55.234
Passivo Circulante	4.055	-	-	-	-	4.055
Passivo Não Circulante	14.120	17.191	17.191	851	19.017	51.179

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado será de R\$174.604, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 30/06/2009
	Saldo em 31/03/2009 (*)	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2009	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	126.756	443	(6.873)	120.326	(17.557)	102.769
Cíveis						
Danos Pessoais	35.639	-	(6.406)	29.233	-	29.233
Majoração Tarifária	121.052	1.692	(26.775)	95.969	(17.990)	77.979
Outras	169.244	861	(1.657)	168.448	(20.240)	148.208
Fiscais						
FINSOCIAL	21.328	77	-	21.405	(1.615)	19.790
PIS/COFINS	58.746	1.222	-	59.968	-	59.968
ICMS	22.010	-	-	22.010	-	22.010
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	78.193	3.065	-	81.258	-	81.258
Contribuição Social	6.830	49	-	6.879	-	6.879
INSS	34.275	512	-	34.787	-	34.787
Outras	20.109	729	-	20.838	(8.192)	12.646
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	57.123	1.367	-	58.490	(6.072)	52.418
Total	751.305	10.017	(41.711)	719.611	(71.666)	647.945

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 30/06/2009
	Saldo em 31/03/2009 (*)	Adições	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	79.759	-	(6.014)	73.745	(8.380)	65.365
Cíveis						
Danos Pessoais	27.606	-	(5.523)	22.083	-	22.083
Majoração Tarifária	92.819	-	(26.775)	66.044	(17.990)	48.054
Outras	94.832	-	(1.370)	93.462	(14.285)	79.177
Fiscais						
FINSOCIAL	21.328	77	-	21.405	(1.615)	19.790
ICMS						
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	78.193	3.065	-	81.258	-	81.258
INSS	1.090	22	-	1.112	-	1.112
Outras	13.074	609	-	13.683	(5.763)	7.920
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.482	392	-	12.874	(6.072)	6.802
Total	421.183	4.165	(39.682)	385.666	(54.105)	331.561

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais ajuizaram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$95.969, integralmente provisionado.

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia em função da questão mencionada acima havia conseguido uma liminar judicial que impedia a interrupção de fornecimento de energia elétrica às suas instalações. Em 19 de fevereiro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o pedido da CEMIG de suspender os efeitos da liminar, por entender que não é possível impor à CEMIG a continuidade na distribuição de eletricidade sem o recebimento pelo serviço.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Em 30 de junho de 2009 encontra-se provisionado R\$54.913 (R\$54.289 em 31 de março de 2009) referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$22.010.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$79.458 (R\$78.193 em 31 de março de 2009) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.675 (R\$33.184 em 31 de março de 2009).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$45.616.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$7.065.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 30 de junho de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$325.826, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$29.115. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de junho de 2009, de R\$292.855. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de junho de 2009 é de R\$137.025. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.104.608, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$158.748, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$117.555. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$137.808, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$48.959. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$40.400. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(vii) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$89.113. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(viii) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.023.423. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(ix) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$842.807. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.557.476. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 31 de março de 2009	9.687.876
Lucro Líquido do Trimestre	523.794
Ajuste de conversão de Demonstração Contábil de controlada	(832)
Saldo em 30 de junho de 2009	10.210.838

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social na Assembléia Geral ordinária e extraordinária de abril de 2009

A Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida em 29/04/2009, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.481.508 para R\$ 3.101.884 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

O Capital Social da Companhia é representado por 271.154.243 ações ordinárias e 349.222.649 ações preferenciais, todas com valor nominal de R\$5,00.

24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	30/06/2009 (*)	30/06/2008 (*)	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Residencial	9.174.668	8.902.261	4.867.733	4.497.914	2.188.583	2.256.007
Industrial	87.128	88.176	11.132.465	12.491.728	1.786.336	1.851.078
Comércio, Serviços e Outros	861.809	845.028	3.097.434	2.941.221	1.309.810	1.318.046
Rural	470.421	573.724	976.569	960.835	232.207	269.534
Poder Público	65.600	62.664	526.023	510.595	219.658	206.478
Iluminação Pública	3.319	2.980	615.390	611.388	146.776	158.767
Serviço Público	9.715	9.521	659.398	684.624	181.760	189.094
Sub-Total	10.672.660	10.484.354	21.875.012	22.698.305	6.065.130	6.249.004
Consumo Próprio	1.162	1.165	25.656	26.515	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	189.832	62.953
Fornecimento não Faturado – Ativo Regulatório	-	-	-	-	-	38.807
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(68.033)	(69.247)
	10.673.822	10.485.519	21.900.668	22.724.820	6.186.929	6.281.517
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	84	84	6.273.509	5.563.520	726.735	551.307
Transações com energia na CCEE	-	-	1.283.145	705.880	97.146	68.166
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva	-	-	-	-	(203.615)	-
Total	10.673.906	10.485.603	29.457.322	28.994.220	6.807.195	6.900.990

(*) A coluna de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A coluna de MWh inclui 25,00% dos totais de MWh vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	30/06/2009	30/06/2008
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	598.663	666.555
Receita de Uso da Rede Básica	413.294	286.427
Receita de Sistema de Conexão	64.330	60.876
	1.076.287	1.013.858

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Fornecimento de Gás	150.741	188.922	-	-
Serviço Taxado	7.975	8.318	-	-
Serviço de Telecomunicações	58.385	44.490	-	-
Prestações de Serviços	26.758	57.854	-	-
Aluguel e Arrendamento	31.563	26.740	187	249
Outras	5.105	2.587	-	-
	280.527	328.911	187	249

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	
	30/06/2009	30/06/2008
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.483.697	1.559.562
COFINS	596.838	645.664
PIS-PASEP	122.592	133.675
Outros	1.971	1.646
	<u>2.205.098</u>	<u>2.340.547</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	92.357	86.062
Programa de Eficiência Energética – PEE	18.084	19.947
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	195.421	196.701
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	274.669	187.483
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	14.513	13.812
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	14.738	13.427
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	7.339	5.167
Encargos de Capacidade Emergencial	-	10
	<u>617.121</u>	<u>522.609</u>
	<u>2.822.219</u>	<u>2.863.156</u>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Pessoal (a)	746.252	577.862	17.917	11.563
Obrigações Pós-Emprego	68.502	125.512	2.835	5.592
Materiais	52.168	50.582	165	89
Matéria-Prima	4.070	41.707	-	-
Serviços de Terceiros	361.621	301.651	5.799	5.774
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	1.510.107	1.452.023	-	-
Depreciação e Amortização	343.529	371.856	93	130
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	72.884	64.981	-	-
Provisões Operacionais (Reversão) (c)	46.611	123.697	(17.787)	44.329
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	414.647	355.675	-	-
Gás Comprado para Revenda	84.875	110.502	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (d)	164.145	115.215	15.172	2.687
	<u>3.869.411</u>	<u>3.691.263</u>	<u>24.194</u>	<u>70.164</u>

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Remunerações e Encargos	527.476	501.947	9.219	8.049
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	31.870	31.493	1.425	1.322
Benefícios Assistenciais	60.128	58.620	1.359	1.377
	<u>619.474</u>	<u>592.060</u>	<u>12.003</u>	<u>10.748</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	(486)	39.753	(8)	815
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	191.184	-	5.922	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(63.920)	(53.951)	-	-
	<u>126.778</u>	<u>(14.198)</u>	<u>5.914</u>	<u>815</u>
	<u>746.252</u>	<u>577.862</u>	<u>17.917</u>	<u>11.563</u>

Programas de desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora). Foi reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros, registrada substancialmente no resultado de 2008.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, que poderá contar com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que façam a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constatam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento do empregado, que ocorrerá no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 992 empregados, sendo 189 da Cemig Geração e Transmissão S.A., 772 da Cemig Distribuição S.A., e 31 da Controladora. Foi reconhecida no resultado de 2009 uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$191.184.

	Consolidado	
	30/06/2009	30/06/2008
(b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA		
Energia de Itaipu Binacional	488.949	451.335
Energia de curto prazo	67.166	159.380
PROINFA	67.838	43.219
Contratos Iniciais	4.154	2.251
Contratos Bilaterais	273.087	197.206
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	512.720	498.118
Parcela A	93.758	64.183
Outros	2.435	36.331
	1.510.107	1.452.023

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 06.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
(c) PROVISÕES OPERACIONAIS				
Prêmio de Aposentadoria	(2.592)	(2.660)	(77)	(32)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.613	47.410	(1.369)	(3.578)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(143)	4.593	(1.705)	(2.877)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	2.647	3.173	744	(1.229)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	6.951	40.695	6.951	35.795
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	(23.086)	13.891	(23.086)	12.760
Lucro Inflacionário	178	(4.498)	178	(4.498)
Outras Provisões	8.043	21.093	577	7.988
	46.611	123.697	(17.787)	44.329

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
(d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS				
Arrendamentos e Aluguéis	20.015	20.049	359	226
Propaganda e Publicidade	11.733	16.160	137	389
Consumo Próprio de Energia Elétrica	8.837	6.690	-	-
Subvenções e Doações	11.734	12.922	480	360
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20.922	20.864	-	-
Taxa de Licenciamento – TFDR (*)	27.281	-	-	-
Concessão Onerosa	5.135	10.212	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	9.426	9.999	54	87
Seguros	2.688	3.346	75	63
Contribuição a CCEE	2.397	1.946	1	2
Outras Despesas	43.977	13.027	14.066	1.560
	164.145	115.215	15.172	2.687

(*) Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação de faixa de domínio de rodovias

29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	132.040	122.055	12.714	2.431
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	61.015	98.520	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	49.004	48.199	-	-
Variação Monetária da CVA	21.274	17.156	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	26.688	72.864	-	4.357
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	1.802	54.204	-	-
Variações Cambiais	89.876	36.124	1	47
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(18.836)	(22.766)	(17.713)	(15.455)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	8.956	-	-
Compensação Financeira – RME	-	82.702	-	82.702
Ajuste a Valor Presente	931	62.003	-	-
Rendas FIDC	-	-	18.413	17.938
Outras	50.582	69.318	10.593	11.006
	<u>414.376</u>	<u>649.335</u>	<u>24.008</u>	<u>103.026</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(350.021)	(373.918)	(4.863)	(4.846)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(1.783)	(13.628)	-	-
Variação Monetária – CCEE	(4.013)	-	-	-
Variação Monetária da CVA	(33)	(15.345)	-	-
Variações Cambiais	(4.698)	(292)	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(6.049)	(51.927)	-	-
C.P.M.F.	-	(7.208)	-	(2.375)
Provisão(Reversão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	8.306	(23.384)	-	(4.357)
Ajuste a Valor Presente	(4.571)	(4.905)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(76.846)	(43.029)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	-	108.090	-	-
Outras	(45.632)	(64.694)	(12.584)	(24.502)
	<u>(485.340)</u>	<u>(490.240)</u>	<u>(17.447)</u>	<u>(36.080)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(70.964)</u>	<u>159.095</u>	<u>6.561</u>	<u>66.946</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 1º semestre de 2009 no montante de R\$1.107, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R\$2.322 de encargos financeiros, sem variações monetárias/cambiais no 1º semestre de 2008).

No 1º semestre de 2008 foi registrada uma receita financeira no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2008
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	521.484	682.227	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	13.487	13.369	10.400	10.372	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	153.302	539.042	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	394	394	34	34	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.959	65.112	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	2.592	2.269	-	-	38.863	37.080	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	169.699	172.342	285.095	286.540	(1.214.779)	(1.312.150)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.813.461	1.770.926	-	-	49.004	48.199	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	79.789	80.191	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	12.668	10.416	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	105.119	210.149	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	34.934	33.921	-	7.873	(2.031)	-
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	977.529	950.918	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	10.049	10.212	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	78.727	77.069	-	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.120.529	1.133.116	-	-	-	-
Outros	-	-	16.040	33.087	-	-	-	-
Pessoal (09)	-	-	-	-	-	-	(31.870)	(31.493)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(6.630)	(6.338)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	153.729	150.087	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	9.368	10.463	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 19;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 21.
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 21) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 10, 12, 19, 21, 22, 24 e 28.

31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva e ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da CEMIG estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009
Dólar Norte-Americano (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos	316.827	410.514
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(31.339)	(61.909)
	<u>285.488</u>	<u>348.605</u>
Yen (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos	80.214	91.516
(-) Operações Contratadas de Hedge	(78.604)	(90.543)
	<u>1.610</u>	<u>973</u>
Outras Moedas Estrangeiras (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	22.914	26.768
Outros	3.945	4.897
	<u>26.859</u>	<u>31.665</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>313.957</u>	<u>381.243</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000 – ver item “B”

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real para os próximos 12 meses será de 4,53%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	316.827	331.178	413.973	496.767
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(31.339)	(32.759)	(40.948)	(49.138)
	<u>285.488</u>	<u>298.419</u>	<u>373.024</u>	<u>447.629</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	80.214	83.847	104.809	125.771
(-) Operações Contratadas de Hedge	(78.604)	(82.164)	(102.706)	(123.247)
	<u>1.610</u>	<u>1.683</u>	<u>2.104</u>	<u>2.524</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	22.914	23.952	29.940	35.928
Outras	3.945	4.124	5.155	6.186
Passivo Líquido Exposto	<u>313.957</u>	<u>324.054</u>	<u>405.068</u>	<u>486.081</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>(10.097)</u>	<u>(91.111)</u>	<u>(172.124)</u>

Risco de Taxa de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$71.723, em 30 de junho de 2009 (R\$96.364, em 31 de março de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	2.016.806	2.614.275	87.628	210.132
Ativos Regulatórios (nota 5)	1.583.488	1.740.596	-	-
	<u>3.600.294</u>	<u>4.354.871</u>	<u>87.628</u>	<u>210.132</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 19)	(5.169.459)	(5.194.587)	(74.651)	(83.005)
Passivos Regulatórios (nota 5)	(646.539)	(623.789)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 31)	(109.943)	(152.452)	-	-
	<u>(5.925.941)</u>	<u>(5.970.828)</u>	<u>(74.651)</u>	<u>(83.005)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.325.647)</u>	<u>(1.615.957)</u>	<u>12.977</u>	<u>127.127</u>

No que se refere ao risco de taxas de juros de elevação da SELIC, considerando o mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2010 será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 9,16%	Cenário Provável SELIC 9,00%	Cenário Possível SELIC 11,25%	Cenário Remoto SELIC 13,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras	2.016.806	2.013.579	2.058.957	2.104.335
Ativos Regulatórios	1.583.488	1.580.954	1.616.583	1.652.211
	<u>3.600.294</u>	<u>3.594.534</u>	<u>3.675.540</u>	<u>3.756.547</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.169.459)	(5.161.188)	(5.277.501)	(5.393.814)
Passivos Regulatórios	(646.539)	(645.505)	(660.052)	(674.599)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(109.943)	(109.767)	(112.241)	(114.715)
	<u>(5.925.941)</u>	<u>(5.916.459)</u>	<u>(6.049.793)</u>	<u>(6.183.127)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.325.647)</u>	<u>(2.321.926)</u>	<u>(2.374.253)</u>	<u>(2.426.580)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>3.721</u>	<u>(48.606)</u>	<u>(100.933)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Algumas das cláusulas restritivas não foram atendidas em 30 de junho de 2009. A Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide nota explicativa 19) de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do saldo devedor.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos destas operações representam perdas no 2º trimestre 2009 e 2008 nos montantes de R\$76.846 e R\$34.073, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em 30 de junho de 2009.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada				Efeito Acumulado			
				Valor principal contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor pago
				30/6/2009	31/3/2009	30/6/2009	31/3/2009	30/6/2009	31/3/2009	30/6/2009	30/6/2009
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$54.488	US\$59.135	(115.680)	(94.724)	(118.080)	(98.826)	-	(12.020)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	Balcão	¥3.878.825	¥3.878.825	(25.561)	(12.501)	(40.812)	(14.608)	-	-
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	89	(1.812)	89	(1.812)	1.588	(355)
						(141.152)	(109.037)	(158.803)	(115.246)	1.588	(12.375)

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela anterior indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI em 30 de junho de 2010 será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 30 de junho de 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2010 seria de 11,25% e 13,50% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela anterior indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 30 de junho de 2010 será de R\$2,04. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% nos próximos 12 meses, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 30 de junho de 2010 seria de R\$2,55 e R\$3,06 respectivamente.

	<u>Base</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário Possível</u>	<u>Cenário Remoto</u>
<u>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</u>				
Contratos em US\$ e Yen	(184.943)	(184.647)	(188.808)	(192.970)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		296	(3.865)	(8.027)
<u>Risco - Alta do US\$</u>				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	78.397	97.997	117.596
Efeito Líquido da Variação do US\$		(3.397)	(22.997)	(42.596)

32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62% em comparação a redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008.

Os valores apurados, no montante de R\$203.615, encontram-se registrados no passivo circulante, na rubrica “Passivo Regulatório – Revisão Tarifária”, estão sendo transferidos mensalmente para o resultado, de forma linear, no período 08 de abril de 2009 a 07 de abril de 2010.

b) Light SESA**Resultado da segunda revisão tarifária periódica da Light SESA**

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light Serviços de Eletricidade S/A em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Ressalta-se que o nível de perdas regulatórias e o cálculo dos custos operacionais eficientes (Empresa de Referência e Inadimplência) são provisórios.

A ANEEL fixou, também provisoriamente, o componente Xe do Fator X, a ser aplicado como redutor, em termos reais, da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes, de 2009 a 2012, em 0,00%.

Com a conclusão dos aprimoramentos das metodologias para o segundo ciclo de revisões tarifárias em 25 de novembro de 2008, os valores definitivos serão estabelecidos após deliberação em processo de Consulta Pública, previsto para outubro de 2009.

33) – REAJUSTE TARIFÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO

Em 07 de abril de 2009, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição, com isso, as tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste de 20,81%, a partir de 8 de abril de 2009.

O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo, sendo para os consumidores residenciais um percentual de aumento médio de 4,87% e para os consumidores cativos de alta tensão um aumento médio de 9,42%, dessa forma, o impacto médio nas contas de energia elétrica dos consumidores do mercado cativo como um todo foi de 6,21%.

Considerando o mercado total de consumidores da Companhia, cativos e livres, o percentual de aumento médio para os consumidores de baixa tensão foi de 4,87% e para os consumidores de alta tensão foi de 4,43%, com isto o impacto médio total nas contas de energia elétrica dos consumidores livres e cativos foi de 4,69%.

34) – EVENTO SUBSEQUENTE

A CEMIG adquiriu, em 14/07/09, ações de propriedade da *Brookfield* no capital votante das empresas do grupo TBE, correspondentes a 4,9% de suas ações representativas da EATE, ENTE, ERTE e ETEP e 3,8% da ECTE, pelo valor de R\$ 25.047. A participação total da CEMIG nas empresas do grupo passa a ser a seguinte:

Empresa	Participação Cemig %
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	39,33
Empresa Norte de Transmissão de Energia	36,69
Empresa Regional de Transmissão de Energia	36,69
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	35,34
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	13,37

35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL	
ATIVO	11.295.101	8.609.629	9.639.881	2.284.067	630.174	529.935	297.462	169.977	133.013	686.958	(8.528.619)	25.747.578	
Disponibilidade	121.322	1.220.408	262.031	142.875	29.910	89.425	33.688	68.902	44.220	237.496	-	2.250.277	
Contas a Receber	1.683.174	473.130	1.811.514	393.929	20.155	164.831	-	5.730	13.750	35.764	(64.227)	4.537.750	
Ativo Regulatório	-	22.319	1.531.109	76.300	-	-	-	-	-	-	-	1.629.728	
Outros Ativos	517.754	767.738	1.562.478	560.783	27.355	36.577	50.561	24.716	3.138	59.964	(89.946)	3.521.118	
Investimentos/Imobilizado	8.972.851	5.967.944	4.472.749	1.110.180	552.754	239.102	213.213	70.629	71.905	353.734	(8.374.446)	13.650.615	
PASSIVO	11.295.101	8.609.629	9.639.881	2.284.067	630.174	529.935	297.462	169.977	133.013	686.958	(8.528.619)	25.747.578	
Fornecedores e suprimentos	5.762	98.022	558.900	117.251	2.471	45.112	7.458	7.436	6.234	16.787	(95.761)	769.672	
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	74.651	3.192.993	2.589.948	554.290	306.808	-	-	-	-	91.794	977.529	7.788.013	
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	490.820	153.302	521.484	11.959	16.163	12.376	8.150	19.765	18.877	85.166	(847.242)	490.820	
Obrigações Pós-Emprego	55.233	273.176	870.846	251.529	-	-	-	-	-	-	-	1.450.784	
Outros Passivos	457.797	833.495	2.610.509	636.041	36.667	134.988	10.474	33.194	7.265	73.571	(188.699)	4.645.302	
Participações minoritárias	-	-	-	383.613	8.536	-	-	-	-	-	-	-	392.149
Patrimônio Líquido	10.210.838	4.058.641	2.488.194	329.384	259.529	337.459	271.380	109.582	100.637	419.640	(8.374.446)	10.210.838	
RESULTADO													
Receita Operacional Líquida	187	1.777.588	2.775.325	682.039	44.641	118.048	49.264	23.691	15.162	77.761	(221.916)	5.341.790	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS													
Pessoal	(17.917)	(169.432)	(513.154)	(31.192)	(1.451)	(5.939)	(4.019)	(492)	(567)	(2.089)	-	(746.252)	
Obrigações Pós-Emprego	(2.835)	(14.666)	(45.879)	(5.122)	-	-	-	-	-	-	-	(68.502)	
Materiais	(165)	(6.692)	(40.643)	(2.735)	(288)	(472)	(603)	(343)	(73)	(154)	-	(52.168)	
Materia Prima	-	(4.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.070)	
Serviços de Terceiros	(5.799)	(52.892)	(247.959)	(30.688)	(2.554)	(2.481)	(5.549)	(2.036)	(1.567)	(10.096)	-	(361.621)	
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(70.090)	-	-	-	-	-	(1.014)	(513)	(1.267)	-	(72.884)	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(70.914)	(1.243.570)	(372.223)	-	-	-	-	(464)	(2.357)	179.421	(1.510.107)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(142.414)	(254.942)	(48.738)	-	-	-	-	(1.825)	(9.223)	42.495	(414.647)	
Depreciação e Amortização	(93)	(112.815)	(162.938)	(38.220)	(4.454)	(2.023)	(14.283)	(1.115)	(1.086)	(6.502)	-	(343.529)	
Provisões Operacionais	17.787	(552)	(24.433)	(37.647)	-	-	(348)	-	-	(1.418)	-	(46.611)	
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(84.875)	-	-	-	-	-	(84.875)	
Outras Despesas Líquidas	(15.172)	(30.193)	(94.024)	(13.268)	(752)	(2.547)	(6.444)	(221)	(159)	(1.365)	-	(164.145)	
	(24.194)	(674.730)	(2.627.542)	(579.833)	(9.499)	(98.337)	(31.246)	(5.221)	(6.254)	(34.471)	221.916	(3.869.411)	
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(24.007)	1.102.858	147.783	102.206	35.142	19.711	18.018	18.470	8.908	43.290	-	1.472.379	
Resultado Financeiro Líquido	6.561	(93.222)	(7.261)	(3.925)	(4.610)	8.398	1.415	3.085	2.111	16.484	-	(70.964)	
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(17.446)	1.009.636	140.522	98.281	30.532	28.109	19.433	21.555	11.019	59.774	-	1.401.415	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(64.233)	(308.781)	(1.035)	(20.131)	(4.818)	(8.878)	(3.737)	(7.281)	(1.583)	(13.015)	-	(433.492)	
Participações Minoritárias	-	-	-	(34.675)	(143)	-	-	-	-	-	-	(34.818)	
Participações dos Empregados	(1.891)	(16.217)	(51.102)	(3.519)	-	-	-	(105)	(54)	(181)	-	(73.069)	
Lucro Líquido do Exercício	(83.570)	684.638	88.385	39.956	25.571	19.231	15.696	14.169	9.382	46.578	-	860.036	

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro semestre de 2009, um lucro líquido consolidado de R\$860.036, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.125.152 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 23,56%. Este resultado deve-se principalmente a eventos não recorrentes do primeiro semestre de 2009, entre eles os efeitos da Revisão Tarifária Definitiva da Cemig Distribuição e a provisão para o Programa de Desligamento Voluntário, parcialmente compensado pela receita extraordinária em função da revisão da transmissão.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro semestre de 2009 foi de R\$1.815.908 comparados a R\$2.061.196 no mesmo período do ano anterior, uma redução de 11,90%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta uma redução de 0,07%.

Os principais efeitos não recorrentes são como segue:

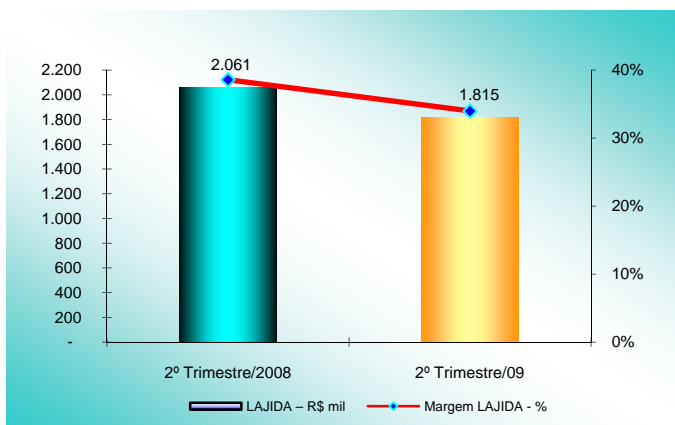
Em função da divulgação da revisão tarifária da transmissão da Cemig Geração e Transmissão, a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, com efeitos retroativos a 2005, o que implicou no reconhecimento de uma receita extraordinária no montante de R\$158.090.

Com a divulgação final da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2009 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que serão recebidos e/ou descontados na tarifa a ser recebida dos consumidores no período de 8 de abril de 2009 a 7 de abril de 2010.

Os itens financeiros mencionados referem-se principalmente a redução no custo da empresa de referência utilizada pela ANEEL para ressarcir à Companhia pelos seus custos controláveis, com efeitos retroativos a abril de 2008. O impacto no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R\$192.816, conforme tabela abaixo.

Também impactou o Lajida, no primeiro semestre de 2009, a despesa com Programa de Desligamento Voluntário – PDV no montante de R\$191.184, com adesão de 992 empregados.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2009	30/06/2008	Var %
Lucro Líquido	860.036	1.125.152	(23,56)
+ Provisão IR e Contribuição Social	433.492	619.137	(29,98)
+ - Resultado Financeiro	70.964	(159.095)	-
+ Amortização e Depreciação	343.529	371.856	(7,62)
+ Participação nos Resultados	73.069	43.967	66,19
+ Participação de Minoritários	34.818	60.179	(42,14)
= LAJIDA	1.815.908	2.061.196	(11,90)
Itens não recorrentes:			
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica n°214/2009	(158.090)	-	-
+ - Revisão Tarifária – Receita Líquida	213.803	(62.464)	-
- + Revisão Tarifária – Despesa Operacional	(20.987)	4.330	-
- + Programa Prêmio de Desligamento - PPD	(486)	39.753	-
+ Programa de Desligamento voluntário – PDV	191.184	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	2.041.332	2.042.815	(0,07)



A redução do LAJIDA no primeiro semestre de 2009 em comparação ao primeiro semestre de 2008 deve-se, principalmente, ao aumento de 6,22% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento das despesas em 2008 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 38,58% no primeiro semestre de 2008 para 33,98% no primeiro semestre de 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.807.195 no primeiro semestre de 2009 em comparação a R\$6.900.990 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 1,36%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais foi de R\$6.065.130 no primeiro semestre de 2009, comparados a R\$6.249.004 no mesmo período de 2008. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 4,69%, a partir de 8 de abril de 2009;
- Redução na tarifa da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (efeito integral em 2009);
- Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R\$213.803, em 2009.
- Redução de 3,63% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- Reconhecimento, em 2008, de receita não recorrente referente a itens financeiros de anos anteriores que foram incluídos na tarifa da Cemig Distribuição, o que implicou na constituição de ativos regulatórios no valor bruto de R\$67.194.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/09	30/06/08	Var %
Residencial	4.867.733	4.497.914	8,22
Industrial	11.132.465	12.491.728	(10,88)
Comércio, Serviços e Outros	3.097.434	2.941.221	5,31
Rural	976.569	960.835	1,64
Poder Público	526.023	510.595	3,02
Iluminação Pública	615.390	611.388	0,65
Serviço Público	659.398	684.624	(3,68)
Total	21.875.012	22.698.305	(3,63)

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$823.881 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$619.473 no primeiro semestre de 2008, um aumento de 33,00%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 12,76% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais através de dois novos contratos de leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R\$125,00 e R\$145,77. Parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais foi comercializada naquele mercado, tendo em vista a redução da demanda desses consumidores em função da crise econômica internacional e seus impactos na produção industrial. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 6.273.509 MWh no primeiro semestre de 2009 comparados a 5.563.520 MWh no primeiro semestre de 2008.

Receita de uso da rede – consumidores livres

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 6,16% correspondente a R\$62.429 (R\$1.076.287 em 2009 comparados a R\$1.013.858 em 2008).

A Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondeu a R\$598.663 comparados a R\$666.555 em 2008, uma redução de 10,19%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico e sua redução decorre de menor transporte de energia para os consumidores livres, consequência da crise econômica internacional, com reflexos no setor produtivo nacional.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R\$477.624 em 2009 em comparação a R\$347.303 em 2008. Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da receita anual permitida (RAP) de períodos anteriores, no montante de R\$158.090, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em conformidade ao plano de contas da ANEEL, alguns itens são alocados como Deduções à Receita Operacional. Mais informações na nota explicativas nº 9 das Informações Trimestrais.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$2.822.219 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$2.863.156 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 1,43%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$274.669 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$187.483 no primeiro semestre de 2008, representando um aumento de 46,50%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica. A Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$195.421 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$196.701 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 0,65%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita. Ressalta-se que não foram calculados os impostos incidentes sobre os ajustes extraordinários mencionados acima e deduzidos na receita de 2009.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro semestre de 2009 foram de R\$3.869.411 comparados a R\$3.691.263 no primeiro semestre de 2008, um aumento de 4,83%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com pessoal, energia comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e serviços de terceiros, parcialmente compensados pela redução nos custos com obrigações pós-emprego e provisões operacionais. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro semestre de 2009 foi de R\$746.252, comparados a R\$577.862 no primeiro semestre de 2008, um aumento de 29,14%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008;
- provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$191.184, no primeiro semestre de 2009.

Em contraparte, contribuíram para um menor custo com pessoal, os seguintes fatores:

- redução do número de empregados que passou de 10.458 em junho de 2008 para 10.144 em junho de 2009;
- maior transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$63.920 em 2009 e R\$53.951 em 2008), tendo em vista o maior programa de investimentos em 2008;

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.510.107 no primeiro semestre de 2009, comparados a R\$1.452.023 no primeiro semestre de 2008, representando um aumento de 4,00%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou uma redução de 7,62% na comparação entre os períodos, R\$343.529 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$371.856 no primeiro semestre de 2008. Esta variação decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$68.502 no primeiro semestre de 2009, comparados a R\$125.512 no primeiro semestre de 2008, representando uma redução de 45,42%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, consequência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$46.611 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$123.697 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 62,32%. Esta redução decorre principalmente da baixa, em junho de 2009, de provisão para reclamações cíveis – majoração tarifária, no montante de R\$26.804 em decorrência de finalização dos processos. Vide maiores informações nas notas explicativas nº 22 e nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no primeiro semestre de 2009 foi de R\$414.647 comparados a R\$355.675 no primeiro semestre de 2008, um aumento de 16,58%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$84.875 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$110.502 no primeiro semestre de 2008, uma redução de 23,19%. Esta variação deve-se, principalmente, à redução na quantidade comprada nos períodos comparados, consequência de menor operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2009.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro semestre de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R\$70.964 comparada a uma receita financeira líquida de R\$159.095 no primeiro semestre de 2008. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de 38,07% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$61.015 no primeiro semestre de 2009 em comparação a R\$98.520 no primeiro semestre de 2008. Esta variação decorre, principalmente, da maior receita na Cemig

Distribuição, registrada no primeiro trimestre de 2008, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.

- ❑ Redução de 63,37% na receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R\$26.688 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$72.864 no primeiro semestre de 2008. Esta variação decorre basicamente do menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.
- ❑ Redução de 96,68% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R\$1.802 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$54.204 no primeiro semestre de 2008. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia. Mais explicações vide nota explicativa nº 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- ❑ Redução na Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$6.049 no primeiro semestre de 2009 comparados a R\$51.927 no primeiro semestre de 2008. Esse resultado é justificado basicamente pela menor variação dos índices inflacionários no 1º semestre de 2009 em comparação ao 1º semestre de 2008.
- ❑ Receita registrada em 2008 no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.
- ❑ Receita financeira registrada no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente à compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro semestre de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433.492 em relação ao lucro de R\$1.401.415 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 30,93%. No primeiro semestre de 2008, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$619.137 em relação ao lucro de R\$1.848.435 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,50%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2009 E 2008

	Segundo Trim/2009	Segundo Trim/2008	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.670.692	3.325.747	10,37
Receita de Uso da Rede	624.195	532.266	17,27
Outras Receitas operacionais	142.259	182.609	(22,10)
Receita Operacional Bruta	4.437.146	4.040.622	9,81
Deduções à Receita Operacional	(1.461.678)	(1.414.678)	3,32
Receita Operacional Líquida	2.975.468	2.625.944	13,31
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Administradores e Conselheiros	(448.231)	(293.499)	52,72
Obrigações Pós-Emprego	(34.515)	(63.844)	(45,94)
Materiais	(26.192)	(24.096)	8,70
Matéria prima	(4.070)	(19.922)	(79,57)
Serviços de Terceiros	(200.962)	(156.899)	28,08
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(838.265)	(726.657)	15,36
Depreciação e Amortização	(172.487)	(170.375)	1,24
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(36.766)	(31.195)	17,86
Provisões Operacionais	6.876	(27.344)	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(210.456)	(183.351)	14,78
Gás Comprado para Revenda	(45.561)	(57.082)	(20,18)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(102.102)	(62.307)	63,87
	<u>(2.112.731)</u>	<u>(1.816.571)</u>	<u>17,86</u>
Lucro Operacional Antes do resultado Financeiro	862.737	809.373	6,59
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(33.207)	238.207	-
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	829.530	1.047.580	(20,81)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(199.635)	(292.051)	(31,64)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(45.858)	(50.989)	(10,06)
Participações nos Resultados	(45.645)	(21.909)	108,34
Participações Minoritárias	(14.598)	(47.759)	(69,43)
Lucro Líquido do Período	523.794	634.872	(17,50)

Lucro do Trimestre

A CEMIG apresentou, no segundo trimestre de 2009, um lucro líquido de R\$523.794, em comparação ao lucro líquido de R\$634.872 no segundo trimestre de 2008, uma redução de 17,50%. Este resultado deve-se basicamente ao aumento de 16,36% nos custos e despesas operacionais e da variação no resultado financeiro, compensados parcialmente pelo aumento de 13,31% na receita operacional líquida. O resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$33.207 em 2009, comparada a uma receita líquida de R\$238.207 em 2008.

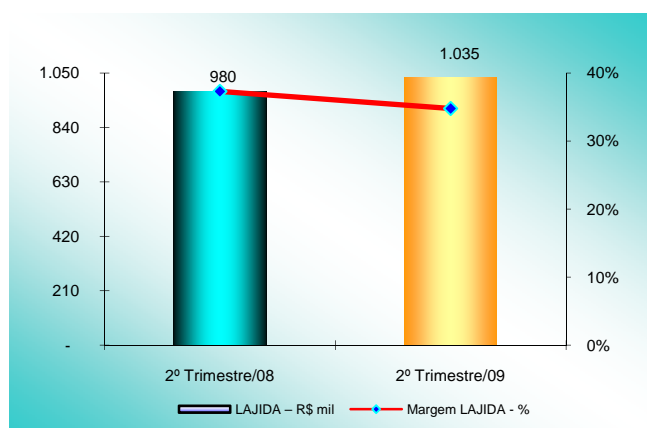
O aumento nos custos e despesas operacionais deve-se basicamente do aumento de 15,36% na energia comprada para revenda e do aumento de 53,06% nas despesas com pessoal em decorrência do Programa de Desligamento voluntário – PDV com custo alocado no segundo trimestre de 2009 de R\$191.184. Vide comentários adicionais nos itens específicos deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no segundo trimestre de 2009 apresentou um aumento de 5,66% na comparação com o mesmo período de 2008. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 4,96%.

Em função da divulgação da revisão tarifária da transmissão da Cemig Geração e Transmissão, a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, no montante financeiro de R\$158.090, decorrente dos efeitos retroativos a 2005.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/09	Segundo Trim/08	Var %
Lucro Líquido	523.794	634.872	(17,50)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	245.493	343.040	(28,44)
+ Participações nos Resultados	45.645	21.909	108,34
- Resultado Financeiro	33.207	(238.207)	-
+ Amortização e Depreciação	172.487	170.375	1,24
+ Participações de Minoritários	14.598	47.759	(69,43)
LAJIDA	1.035.224	979.748	5,66
Itens não recorrentes:			
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica nº214/2009	(158.090)	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	191.184	-	-
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	1.734	39.753	(95,64)
= LAJIDA AJUSTADO	1.070.052	1.019.501	4,96



Apesar do aumento de 17,86% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos da depreciação e amortização), o LAJIDA apresentou um aumento de 5,66% no segundo trimestre de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008. Isso ocorre devido ao bom desempenho nas vendas com impacto positivo de 13,31% na receita operacional líquida. O grande aumento nos custos e despesas operacionais impactou negativamente a margem do LAJIDA, que passou de 37,31% em 2008 para 34,79% em 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/09	Segundo Trim/08	Var. %	Segundo Trim/09	Segundo Trim/08	Var. %
Residencial	2.421.497	2.261.334	7,08	1.116.182	1.106.731	0,85
Industrial	5.538.838	6.390.225	(13,32)	916.748	959.230	(4,43)
Comércio, Serviços e Outros	1.530.866	1.463.691	4,59	672.911	650.125	3,50
Rural	521.051	504.412	3,30	135.220	131.989	2,45
Poder Público	267.399	274.008	(2,41)	115.208	110.574	4,19
Iluminação Pública	304.096	309.487	(1,74)	75.321	76.880	(2,03)
Serviço Público	332.335	354.238	(6,18)	96.583	97.213	(0,65)
Sub-Total	10.916.082	11.557.395	(5,55)	3.128.173	3.132.742	(0,15)
Consumo Próprio	12.841	13.409	(4,24)	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	45.629	21.811	109,20
Fornecimento não Faturado – Ativo Regulatório	-	-	-	-	38.807	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(28.497)	(168.437)	(83,08)
	10.928.923	11.570.804	(5,55)	3.145.305	3.024.923	3,98
Suprimento a Outras Concessionárias	3.525.472	2.851.254	23,65	456.680	256.952	77,73
Transações com Energia na CCEE	450.841	553.717	(18,58)	7.697	43.872	(82,46)
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva	-	-	-	61.010	-	-
Total	14.905.236	14.975.775	(0,47)	3.670.692	3.325.747	10,37

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.670.692 no segundo trimestre de 2009 em comparação a R\$3.325.747 no segundo trimestre de 2008, representando um aumento de 10,37%.

Os principais impactos na receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- ❑ Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 4,69%, a partir de 8 de abril de 2009;
- ❑ Redução na tarifa da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;

- Redução de 5,55% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$456.680 no segundo trimestre de 2009 comparados a R\$256.952 no segundo trimestre de 2008, uma variação de 77,73%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 23,65% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais em função de dois novos contratos através dos leilões de energia para as distribuidoras, em que o R\$/MWh foi negociado a tarifa de R\$125,00 a R\$145,77.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida e também da receita de uso da rede básica de transmissão da Cemig GT, e apresentou um aumento de 17,27% nos trimestres comparados (R\$624.195 no segundo trimestre de 2009 em comparação a R\$532.266 no segundo trimestre de 2008). Essa variação deve-se, principalmente, à contabilização, em junho de 2009, da receita anual permitida (RAP) de períodos anteriores, no montante de R\$158.090, em função da revisão tarifária da transmissão com efeitos retroativos no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em função de alteração do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas números 2 e 7 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deduções à receita operacional

	Segundo Trim/09	Segundo Trim/08	Var %
ICMS	743.632	774.297	(3,96)
COFINS	315.499	301.350	4,70
PIS-PASEP	68.461	60.542	13,08
ISSQN	950	1.075	(11,63)
	<u>1.128.542</u>	<u>1.137.264</u>	<u>(0,77)</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	48.627	43.207	12,54
Programa de Eficiência Energética – PEE	9.888	9.806	0,84
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	101.959	99.314	2,66
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	152.049	110.258	37,90
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.158	6.879	18,59
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	8.353	6.253	33,58
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.102	1.687	143,15
Encargos de Capacidade Emergencial	-	10	-
	<u>333.136</u>	<u>277.414</u>	<u>20,09</u>
	<u>1.461.678</u>	<u>1.414.678</u>	<u>3,32</u>

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$152.049 no segundo trimestre de 2009 comparados a R\$110.258 no segundo trimestre de 2008, representando um aumento de 37,90%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$101.959 no segundo trimestre de 2009 comparados a R\$99.314 no segundo trimestre de 2008, um aumento de 2,66%. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.113.720 no segundo trimestre de 2009 comparados a R\$1.816.571 no segundo trimestre de 2008, representando um aumento de 16,36%. Este resultado deve-se, principalmente, aos aumentos nos custos com Pessoal, e Energia Elétrica Comprada para Revenda, sendo parcialmente compensado pela redução nos custos com provisões Operacionais e Matéria Prima e Obrigações Pós-emprego.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no segundo trimestre de 2009 foi de R\$448.231, comparados a R\$293.499 no segundo trimestre de 2008, um aumento de 52,76%. Este resultado decorre do reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados em novembro de 2008 e da provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$191.184 no segundo trimestre de 2009.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$838.265 no segundo trimestre de 2009, comparados a R\$726.657 no segundo trimestre de 2008, representando um aumento de 15,36%. Esta variação decorre sobretudo em função do aumento de 23,86% na tarifa média de energia comprada para revenda no ciclo tarifário 2009/2010. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$34.515 no segundo trimestre de 2009, comparados a R\$63.844 no segundo trimestre de 2008, representando uma redução de 45,94%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008, que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais corresponderam a uma reversão de despesa de R\$6.876 no segundo trimestre de 2009 comparado a uma despesa de R\$27.344 no segundo trimestre de 2008. Esta redução decorre principalmente da baixa, em junho de 2009, de provisão para reclamações cíveis – majoração tarifária, no montante de R\$26.804 em decorrência de finalização dos processos.

Receitas (Despesas) Financeiras

	Segundo Trim/09	Segundo Trim/08	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	65.657	68.192	(3,72)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	33.502	47.812	(29,93)
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	8.998	8.921	0,86
Variação Monetária da CVA	9.766	9.689	0,79
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	11.242	27.658	(59,35)
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	25	28.307	(99,91)
Variações Cambiais	69.001	33.448	106,29
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(18.412)	(19.058)	(3,39)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(547)	2.164	-
Compensação Financeira - RME	-	82.702	-
Ajuste a Valor Presente	317	62.003	(99,49)
Outras	25.632	49.516	(48,23)
	<u>205.181</u>	<u>401.354</u>	<u>(48,88)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(150.212)	(179.200)	(16,18)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(510)	(1.776)	(71,28)
Variação Monetária – CCEE	(4.013)	-	-
Variação Monetária da CVA	1.802	(10.539)	-
Variações Cambiais	(7.282)	10.204	(171,36)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(2.233)	(27.908)	(92,00)
C.P.M.F.	-	(1.434)	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(416)	(7.397)	(94,38)
Ajuste a Valor Presente	(4.571)	(4.905)	(6,81)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(55.576)	(31.236)	77,92
Reversão da Provisão do PIS/COFINS	2.107	108.090	(98,05)
Outras	(17.484)	(17.046)	2,57
	<u>(238.388)</u>	<u>(163.147)</u>	<u>46,12</u>
	<u>(33.207)</u>	<u>238.207</u>	<u>-</u>

Ocorreu uma variação expressiva no resultado financeiro na comparação entre os dois períodos. Os principais fatores que explicam a variação são como segue:

- Redução de 29,93% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$33.502 no segundo trimestre de 2009 em comparação a R\$47.812 no segundo trimestre de 2008. Refere-se basicamente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.
- Receita Financeira registrada no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente à compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da

CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 29.

- ❑ Receita registrada em 2008 no montante de R\$62.003 referente a ajuste a valor presente, aplicado sobre saldos de alguns financiamentos, debêntures e obrigações a pagar com concessão onerosa, em atendimento a lei 11.638/07.
- ❑ Redução de 59,35% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R\$11.242 em 2009 comparados a R\$27.658 em 2008). Esta variação decorre principalmente de menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos (RTE e Reajuste Tarifário Diferido).
- ❑ Receita registrada em 2008 no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira.
- ❑ Redução de 16,18% nas despesas com encargos de empréstimos e financiamentos em decorrência de amortizações de dívidas no exercício de 2008 e da menor variação do CDI em 2009 (principal indexador dos contratos).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no segundo trimestre de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$245.493 em relação ao lucro de R\$829.530, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,59%. No segundo trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$343.040 em relação ao lucro de R\$1.047.580, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,75%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Nos primeiros seis meses de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em 46 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 14º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 24 vezes durante o ano de 2008 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2009, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2010.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por oito membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. No ano de 2008, foram realizadas 70 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem “Diretoria e Conselhos”.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2008, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer do auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "Public Company Accounting Oversight Board" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado, com o novo auditor independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional ([www.cemig.infoinvest.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos](http://www.cemig.infoinvest.com.br/Governança_Corporativa/Princípios_Éticos)), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.infoinvest.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.06.2009

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	(mil)	%	(mil)	%	(mil)	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	50,96	-	0,00	138.175.720	22,27
Outras Entidades do Estado	36.544	0,01	6.415.884	1,84	6.452.428	1,00
Total Controlador	138.212.264	50,97	6.415.884	1,84	144.628.148	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	89.383.266	32,96	-	0,00	89.383.266	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.06.2009

Item	Nome	Quantidade de Quotas (unidades)	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30.06.2009		30.06.2008	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	138.212.264	6.415.884	110.569.812	4.974.466
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7.902	438	6.319	850
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	7	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	-	-
Clarice Silva Assis	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	50	-	40
Eduardo Lery Vieira	1	-	1	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	7.649	-	6.120	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	10	-	8	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	1	1	500
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Kleber Antônio de Campos	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	88	1	71	1
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	127	-	102	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2009		30.06.2008	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	436	6	349
Djalma Bastos de Moraes	-	50	-	40
Arlindo Porto Neto	1	-	-	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	4	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2009	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64
30.06.2008	106.376.485	49,03	279.165.537	99,92	385.542.022	77,68

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes dos eventos societários ocorridos no exercício de 2009.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG (Companhia) e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 8, 17 e 22, a Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (item b), em decorrência das revisões tarifárias periódicas da controlada indireta Light Serviços de Eletricidades S.A. prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada indireta em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em períodos subsequentes.

7. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao período de quatro meses findos em 30 de abril de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 2 de junho de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$ 133,5 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$ 17,4 milhões.

13 de agosto de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0